

Informativo do Programa
Saúde e Direitos de
KOINONIA • nº 17 •
Junho de 2015



& Saúde & Direitos



Foto: Acervo KOINONIA

**Celebração ecumênica
dos 20 anos de
KOINONIA, em São
Paulo (SP)**



Editorial

Abrindo a roda da cidadania

O momento está longe de ser de tranquilidade. Conquistas e bandeiras históricas de grupos como as mulheres e a população LGBT têm sofrido ataques de setores conservadores que já não se escondem mais (estão violentamente na ruas, nas redes sociais, nos espaços religiosos e na política partidária). Estes, no fim, desejam que a cidadania se restrinja cada vez mais a um só tipo de brasileiro: aquele com identidade de gênero estável e dentro do padrão heteronormativo, emprego formal, vindo de ou constituindo um único modelo de arranjo familiar - para ficarmos com algumas características.

Não é exagero concluir que estamos diante um projeto de cidadania que tende a banir todos aqueles e aquelas que não atendem às exigências acima. Essa constatação, entretanto, não abala a esperança. Pelo contrário: felizmente, a versão reacionária da cidadania brasileira não triunfou. E, a depender de nós, nem irá.

Um dos motivos é que do outro lado, há representações diferentes

do que significa ser brasileiro/a. Representações estas que comportam diversas identidades de gênero, diversos arranjos familiares, condições socioeconômicas e pertencimentos étnico-raciais. Esta é versão compartilhada e defendida por KOINONIA nos seus mais de 20 anos de existência.

É para disputar com as visões conservadoras que participamos de iniciativas como o Transcidadania, cujo nome já indica a necessidade que incluir em nossas representações de brasileiro/a todas as identidades de gênero (inclusive as trans), garantindo direitos a pessoas que têm sido cidadãs apenas na teoria, pois na prática se encontram extrema e continuamente expostas a situações incompatíveis com seu desenvolvimento pleno.

O boletim SD dessa edição comemora o início do projeto Transcidadania, esperando que ele se torne uma experiência exemplar para as políticas públicas, no sentido de ampliar a noção de cidadania e não restringi-la a um tipo específico de pessoas, com um único padrão identitário.



Ester Lisboa, do programa Saúde e Direitos e Osmar Batista no dia da atividade

Saúde e Direitos pelo Brasil

S&D na luta contra a Aids

Ação informa e estimula diagnóstico precoce na zona norte de São Paulo

No Dia Mundial de Luta Contra Aids, juntamente com o Centro Franciscano de Luta Contra Aids (Cefran), o Programa Saúde e Direitos promoveu uma ação de incidência pública para informar e motivar o diagnóstico precoce do vírus, no Centro de Criança e Adolescente do Jardim Peri Alto, Zona Norte de São Paulo – SP. O ato contou com serviço de testagem rápida de HIV/Aids por fluido oral. Para oferecer o teste, as duas organizações passaram por treinamento com o Programa Municipal de DST/Aids para aprenderem como aplicar e acolher o público. Além de incentivar a testagem, o evento buscou eliminar estigmas e quebrar preconceitos sofridos por pessoas que vivem e convivem com HIV/Aids.

Seminário Religião e Estado Laico com Jovens LGBT

Formação e mobilização de jovens LGBT religiosos para se tornarem agentes multiplicadores de direitos humanos. Este foi o principal objetivo do evento, que também debateu a superação das ideologias religiosas heteronormativas.

O encontro aconteceu entre os dias 9 e 10 de dezembro. A abertura foi no Centro Franciscano de Luta contra Aids (Cefran) e,

no dia seguinte, o seminário continuou na Igreja da Comunidade Metropolitana (ICM), também em São Paulo – SP.

Realizado por KOINONIA e pela Fundação Heinrich Böll, o evento contou com o apoio do Serviço Franciscano de Solidariedade (Sefras), Igreja da Comunidade Metropolitana de São Paulo (ICM) e Rede Ecumênica da Juventude (REJU).

Encerramento do ato
na paróquia Nossa
Senhora do Carmo



Saúde e Direitos pelo Brasil

“Na Mesma Fé, No Mesmo Axé”

**Religiosos e religiosas
exigem respeito dentro
e fora dos espaços de
culto em II Ato Contra
Intolerância**

Diante das recentes ondas de manifestações de ódio baseado na fé, KOINONIA apoiou o evento “Na Mesma Fé, No Mesmo Axé”, II Ato Ecumênico Contra a Intolerância Religiosa, que aconteceu em Itaquera, zona leste de São Paulo. A ação, em que participaram 150 pessoas, defendeu a saída dos religiosos e religiosas dos locais de culto, no sentido de se fazerem cada vez mais visíveis no espaço público, exigindo respeito. O ato contou com diversas intervenções artísticas promovidas pelo Coletivo Teatral Quilombo, que, numa delas, apresentou-se com estátuas humanas num número que falava de intolerância religiosa.

Durante os debates, apareceram outras questões que também têm demandado um olhar atencioso das diferentes tradições religiosas, como o caso das discriminações contra a população LGBT. “No amor - a maior expressão do sagrado - não cabe a imposição de comportamentos aos outros. As casas, escolas

e muitos locais de trabalho já estão de portas fechadas para a população LGBT. Não podemos também fechar as portas das igrejas e dos terreiros para esse povo”, afirmou Cristiane Alves, assistente do programa Saúde e Direitos de KOINONIA.

O encerramento aconteceu na Paróquia N.S. do Carmo, com preces e clamores por liberdade e paz entre os religiosos. Como mística comum, as lideranças religiosas abençoaram os presentes com a água, lembrando a importância do elemento para cada tradição. O Babalorixa Diney Ty Ososse encorajou os participantes a não desistirem da luta contra intolerância: “Não devemos ter vergonha do que somos, pois tanto na igreja, como na casa de orixá, nós acreditamos em um Deus só”, lembrou. O ato terminou entre batuques dos atabaques e danças.

Programa Transcidadania

**Travestis e transexuais
enfrentam a discriminação
com experiência cidadã**

Situações de discriminação infelizmente são comuns nas histórias de vida de pessoas que fazem parte da população LGBT. Entre aqueles e aquelas cujo gênero não corresponde ao sexo de nascimento, o processo pode se aprofundar, marcando suas trajetórias com violência, não aceitação e acesso precário ou nulo ao conjunto de direitos que deveriam ser garantidos a todos os cidadãos e cidadãs.

Visando criar estratégias que pudessem começar a fazer frente às desigualdades dessa natureza, a Prefeitura de São Paulo lançou esse ano o Programa Transcidadania. A iniciativa tem o objetivo de reintegrar socialmente travestis e transexuais, oferecendo oportunidades de escolarização, profissionalização, colocação no mercado de trabalho e formação sobre seus direitos.

O programa é coordenado pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, juntamente com KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço. Atualmente são 100 pessoas participando,



num processo formativo com duração prevista para dois anos.

De acordo com levantamento feito pela própria equipe do programa com as primeiras 75 pessoas interessadas em participar, mais da metade não teve sequer oportunidade de completar o ensino fundamental. A discriminação nos ambientes doméstico e escolar é chave para entender a baixa escolaridade. Muitas dessas pessoas foram expulsas de casa quando ainda entravam na adolescência. Marcas da desigualdade que têm afetado um conjunto de brasileiros e brasileiras, impedidos de participar plenamente da experiência cidadã e que precisam de respostas.

Violência contra a Mulher e a importância da comunidade religiosa

O cuidar nas religiões de matrizes africanas a serviço dos direitos

Nós, nas tradições de matriz africana, somos por natureza, matriarcais e como tal temos uma forma própria de lidar com as questões de cuidado e de vitimização, sejam elas quais forem.

Somos acolhedoras e sempre estamos em atenção para qualquer forma de contrariedade dentro do nosso grupo. Perguntar o que está ocorrendo diante do que estamos observando na comunidade, perceber alterações no comportamento de um membro, ou até mesmo nas nossas crianças é o que fazemos. O que não é tão simples assim é o entendimento de que não podemos resolver tudo somente no espaço da comunidade. Os nossos mais velhos faziam isto de uma forma mais tranquila, porém hoje, temos um emaranhado de razões que nos levam a nos instrumentalizar para melhor resolver estas questões diante de nossos grupos religiosos.

Dar caminhos para uma melhor qualidade de vida para as mulheres vítimas de agressões, sejam verbais, corporais ou mentais, vai depender da própria mulher entender que é necessário parar a situação, pois, muitas vezes, ela não se sente forte ou até mesmo acredita ser a culpada da situação vivida. A sociedade sabe julgar e sentenciar muito bem e a vítima fica então a mercê do que ela está sentindo ser real, diante de seus medos e pavores de ser excluída da comunidade religiosa ou até mesmo da sociedade.

Por estes motivos, frente a estas questões, as comunidades religiosas estão, a todo momento, abrindo diálogos a respeito das questões de violência contra a mulher, sobre a importância que temos em atender, acolher e auxiliar não somente a mulher, mas abrir fronteiras de atendimento e acolhimento também para o agressor, seja qual tipo de agressor for: o marido, a sociedade,



Iyalorixá
Cristina d'Osun:
acolhimento de
mulheres em
situação de
violência

a própria liderança religiosa (que muitas vezes também põe a mulher numa situação de violência castradora de direitos diante do sagrado). Sim, porque somos de base matriarcal, mas neste início de século, temos muitos líderes masculinos, mas também lideranças femininas que subjagam as mulheres nas comunidades religiosas.

Outras questões que também levam as tradições de matrizes africanas a estar a par de como resolver e auxiliar estas mulheres nos dias atuais são as questões de racismo, intolerância religiosa, discriminação institucional e também disparidade de crenças entre um casal, seja este formado por pessoas heterossexuais, homo ou bissexuais, a partir do princípio de que cuidamos do outro sem querer mudá-lo, mas auxiliá-lo em sua concretude de necessidades, sem colocar regras de conformidade para podermos orientá-lo para seu bem estar e qualidade de vida. É fato que temos novas formas de famílias e somente a lei Maria da Penha não vai dar conta do que ocorre nas questões de violência contra a mulher. Rever o nosso judiciário e nos adequar realmente às necessidades desta nova sociedade é tarefa urgente, porque vivemos num Brasil que sabe ser preconceituoso, machista e julgador, principalmente diante da vitimização feminina.

Iyalorixá Cristina d'Osun



Saúde e Direitos pelo Brasil

Rodas de conversa

Bate-papos descontraídos com a presença de religiosas/os ou em espaços de fé levantam temas como a violência contra a mulher

Entre os meses de Janeiro e Maio, A Rede Religiosa de Proteção à Mulher Vítima de Violência de KOINONIA promoveu duas rodas de conversa na Igreja Metodista da Vila Mariana, abordando os seguintes temas: “A origem da violência contra a mulher” e “O Papel do masculino e a violência contra a mulher”. As rodas têm como objetivo tratar da questão da violência contra mulher e o papel das diversas tradições religiosas no enfrentamento do problema. As ações contaram com um público plural e comprometido com a causa. O tema mais abordado durante os bate-papos é a legitimação da violência contra as mulheres por parte das tradições religiosas, onde a mulher é sempre vista como serva e somente o homem seria o representante de Deus (entre os cristãos tal ideologia costuma ser legitimada por determinadas interpretações dos textos bíblicos).

“Mulher: dona da própria vida” é tema de roda de conversa em Juazeiro, Ceará

A Pastoral da AIDS e a campanha Amor Lança Fora Todo Medo – um projeto realizado por religiosas e religiosos com o objetivo de enfrentar todas as formas de intolerância - promoveram, no dia 9 de março, uma roda de conversa no auditório do SESC Juazeiro do Norte, no Ceará. Além de discutir sobre o tema “Mulher, dona da própria vida”, os participantes foram apresentados a Rede Religiosa de Proteção à Mulher Vítima de Violência, uma iniciativa de KOINONIA. Para contribuir com a conversa, Ronildo Oliveira (Pastoral da AIDS), Francisca Gregório (Conselho Cearense da Mulher) e Mãe Célia Freitas (Rede Religiosa de Proteção à Mulher

Vítima de Violência) fizeram o papel de facilitadores. O Evento contou com um público com grande diversidade religiosa, dentre candomblecistas, evangélicas/os e católicas/os. Participaram também pessoas de diferentes orientações sexuais, que contribuíram com o debate do dia. Apesar de polêmico, o tema foi de grande aceitação, principalmente pelo fato de a discussão ir além do fundamentalismo religioso e o diálogo ser ecumênico. A importância da abordagem do tema e do contexto da Rede Religiosa de Proteção à Mulher Vítima de Violência se sobrepôs às divergências.

Mulheres que buscam justiça

Acreditem: ainda hoje há quem defenda a superioridade masculina sobre as mulheres



Foto: Acervo KOINONIA

Ponto de Vista

Leia Números 27.1-11

A questão da violência contra as mulheres tem sua origem na antiguidade. Olhar para a história e para a nossa estrutura social nos ajuda a compreender de onde vêm estas práticas e como as mesmas se “justificam” dentro da sociedade e, obviamente, dentro dos espaços religiosos. Esta violência é fruto da desigualdade histórica, que se estabelece nas relações entre homens e mulheres, e que faz com que este segundo grupo ainda seja visto como feito de “objetos”, inferiores aos homens, tanto na esfera pública, quanto no espaço privado. Estas relações se pautam principalmente nos modelos patriarcais – nos quais até hoje são reproduzidos e “naturalizados”.

Acreditem: ainda hoje há quem defenda a superioridade masculina sobre as mulheres e que nós fomos criadas apenas para sermos colaboradoras dos homens e nada mais. Na Bíblia, há muitos textos em que vemos esta questão: as mulheres sendo tratadas – pelo legalismo da época em que a mesma foi escrita – como seres inferiores e pecadoras por natureza. Mas, ao mesmo tempo, encontramos mulheres que contrariam as expectativas e as normativas daquele período, exercendo uma “rebeldia necessária”, tal como diria um movimento popular atual. Foi assim, por exemplo, com as parteiras do Exôdo, com Rute e Noemi, com a Samaritana, que ousou conversar com Jesus, ou com aquela mulher que lhe lavou os pés com perfume e ainda os enxugou-os com os seus cabelos.

Um texto bonito do Antigo Testamento e que também nos faz

refletir sobre a luta das mulheres, encontra-se no livro de Números 27. Maalá, Noa, Hogla, Milca e Tirza, perderam o pai – cujo nome era Zelofoade – e pelas leis desta época, não teriam nenhum direito sobre a herança deixada por ele e nem ao menos poderiam perpetuar o seu nome. Considerando esta situação injusta, estas mulheres se apresentaram a Moisés, Eleazar, o sacerdote, os príncipes e o povo para lhes dizer que não concordavam com tal situação, e que, assim como os tios teriam direito a herança – já que o pai não teve filhos – elas também deveriam ser incluídas nesta divisão de bens.

Moisés levou esta história perante Deus, e o criador orientou sobre como agir: “As filhas de Zelofoade falam o que é justo; certamente lhes dará possessão de herança entre os irmãos de seu pai (...). Quando alguém morrer e não tiver filho, então, fareis passar a sua herança a sua filha” (Nm 27.7-8). Deus entendeu que as mulheres clamavam por justiça e, por isso, mudou não só o caso destas mulheres, mas a legislação e a história. E com estas mulheres aprendemos que a causa da justiça é sempre coletiva, a luta das mulheres é sempre coletiva. Juntas, podemos mais e somos mais fortes.

Que Deus nos perdoe quando nos calamos diante do sofrimento de outras companheiras; que ele nos perdoe, por não denunciar e por colaborar com a opressão e, vez por outra com a violência e a violação dos direitos da mulher e que Ele nos permita agir com a “rebeldia necessária” quando as injustiças baterem em nossa porta.



Expediente

Revisão: Marília Schüller
Diagramação: Thiago Ansel

Diretor Executivo da KOINONIA: Rafael Soares de Oliveira
Assessora do Programa Saúde e Direitos: Ester Leite Lisboa
Redação: Equipe S&D e colaboradores
Fotografia: Acervo KOINONIA

KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço

Rua Santo Amaro, 129 - Glória | CEP: 22211-230 - Rio de Janeiro - RJ | Tel.: (21) 3042-6445; Rua Barão de Itapetininga, 120 sala 307 - República | CEP: 01042-020 São Paulo - SP | Tel.: (11) 3667-9570; Travessa da Ajuda, s/nº, Edifício Martins Catharino, sl.705 - Centro | CEP: 40020-030 - Salvador - BA | Tel.: (71) 3266-3480

Apoio

